



Comissão vai buscar soluções para país enfrentar crise da água

Lutz Augusto Dornione



Autor da proposta, o senador Jorge Viana diz que a ideia é promover debates no Congresso e nos estados para aprofundar o diagnóstico sobre o problema e sugerir políticas de manejo dos recursos hídricos

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária para colher informações sobre a crise hídrica e propor estratégias contra o problema. O colegiado terá um prazo de 90 dias de trabalho e deve contar

com senadores de todas as regiões. Para o senador Jorge Viana, a falta de água no Sudeste fez o país acordar para a ausência de políticas adequadas de manejo. “O Brasil tem 12% da água doce do planeta e tem escassez. É incompreensível”, diz. **3**

Barragens secas no Sudeste revelaram a falta de cuidado com os mananciais, segundo Jorge Viana

Projeto contra *bullying* é aprovado em 1º turno **3**

Lobão e Garibaldi são escolhidos para comissões **8**

Conta do ajuste é paga pelos pobres, criticam sindicatos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Em audiência, entidades de trabalhadores e aposentados criticaram a decisão do governo de endurecer as regras para a concessão de seguro-desemprego e de pensão por morte. Elas pediram ao Congresso que não aprove as medidas provisórias que estabelecem as novas regras. **4**

Rosa Jorge, do sindicato dos auditores do Trabalho, ao lado do senador Paim, mostra cartaz pela rejeição das medidas provisórias



Volter Campanato/Agência Brasil

Motoristas parados no entorno de Brasília aguardam negociações

Senadores ajudarão diálogo entre governo e caminhoneiros

No debate sobre a greve dos motoristas, ficou decidido que parlamentares farão a interlocução oficial entre a pauta apresentada pelos ca-

minhoneiros e as medidas tomadas pelo governo. Senadores também farão parte de grupo coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência. **5**

Ouvidoria

É fácil ser ouvido



A **Ouvidoria do Senado** é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia



Documento relaciona os principais trabalhos desenvolvidos e resultados alcançados pelo TCU em 2014. “Nosso trabalho é contribuir com o Legislativo”, disse o presidente do órgão, Aroldo Cedraz



Ministros do TCU, Aroldo Cedraz (E) e Raimundo Carreiro (D) apresentam o texto ao presidente do Senado, Renan Calheiros

Senado recebe relatório do Tribunal de Contas

O PRESIDENTE DO Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Aroldo Cedraz, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório anual de atividades do órgão em 2014.

O documento traz uma compilação dos principais trabalhos realizados pelo tribunal, benefícios e resultados alcançados no período.

— Essa é uma praxe que vem sendo seguida há anos. Nosso trabalho é contribuir para o desenvolvimento do Poder Legislativo — disse o ministro.

O relatório será encaminhado para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Cedraz, que estava acompanhado na audiência do

também ministro do TCU Raimundo Carreiro, convidou o presidente do Senado para participar, nos dias 25, 26 e 27 de março, de um seminário organizado pelo tribunal sobre governança do solo.

O objetivo da conferência é sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação e do uso sustentável do solo.

Senadores vão homenagear Senai e Ordem DeMolay

O Senado vai realizar uma sessão especial no dia 13 de abril para comemorar os 73 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O Senai foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a indústria nacional, que estava começando naquele momento. Hoje, a entidade tem mais de 800 escolas espalhadas pelo país. O requerimento para a homenagem, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na sessão de ontem.

Outra sessão especial, em 23 de março, vai lembrar o Dia Nacional DeMolay — comemorado em 18 de março. A Ordem DeMolay é uma sociedade de princípios filosóficos, fraternais e filantrópicos, para jovens do sexo masculino com idade entre 12 e 21 anos. A organização, que tem o apoio da Maçonaria, conta com cerca de 8 milhões de membros em todo o mundo e mais de 200 mil no Brasil.

O requerimento para a homenagem é de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO).



Escola do Senai no Paraná: homenagem em 13 de abril

Escritor gaúcho dará nome ao aeroporto de Pelotas

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 9/2014, que dá o nome do escritor João Simões Lopes Neto ao Aeroporto Internacional de Pelotas (RS). Do deputado Fernando Marroni (PT-RS), o projeto havia sido aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em maio do ano passado e agora segue para sanção.

— A aprovação desse projeto atende interesse da sociedade de Pelotas e do povo do Rio Grande do Sul — afirmou Paulo Paim (PT-RS), que foi relator da matéria na CE.

Na justificativa do projeto, Marroni informa que a cidade de Pelotas é hoje a principal porta para as aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) que demandam a base aérea brasileira na Antártida. Segundo o deputado, o aeroporto de Pelotas tem a história ligada ao pioneirismo da aviação comercial desde a década de 20.

O autor argumenta que a ideia é prestar uma homenagem ao escritor, que é considerado, entre muitos críticos e pesquisadores da literatura brasileira, o maior autor regionalista do Rio Grande do Sul. Segundo Marroni, o escritor João Simões Lopes Neto sempre procurou valorizar a história do gaúcho e suas tradições.

Nascido em 1865 em Pelotas, João Simões Lopes Neto morreu na mesma cidade em 1916. Ao longo da vida, foi empreendedor do ramo de manufatura e minerador. Seu maior destaque, porém, foi como autor de livros de narrativas da cultura gaúcha, como *Cancioneiro Guasca*, *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*.

Omar quer que exportações da Zona Franca de Manaus sejam facilitadas

Omar Aziz (PSD-AM) informou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vai se reunir em abril para analisar novos projetos e a ampliação dos atuais. Isso lhe foi garantido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, com quem se reuniu na quarta-feira.

Omar explicou que a Suframa não se reúne há mais de oito meses e que isso é ruim para o Amazonas, porque a aprovação de projetos é essencial para a economia do estado diante da queda de 12% ocorrida em janeiro na Zona Franca. Ele disse que alertou o ministro para a necessidade de maior celeridade às exportações, porque hoje a burocracia é grande e lenta, o que faz a Zona Franca de Manaus perder negócios.

— Muitos países da América do Sul estão importando produtos que são fabricados em zonas francas de países muito mais longínquos que a Zona Franca de Manaus,



Omar destacou importância da Zona Franca para economia do Amazonas

porque têm mais velocidade em trazer esse bem do que comprar daqui. É necessário que o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério do Desenvolvimento, faça um trabalho para que as exportações brasileiras tenham celeridade.

Omar pediu que o ministério resolva a questão jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que foi inaugurado há 12 anos, mas não é juridicamente reconhecido. Para o senador, isso impede o centro de cumprir a missão de contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no país, especialmente na região amazônica.

Capiberibe lamenta morte de estudiosa da reforma agrária

João Capiberibe (PSB-AP) lamentou a morte da bióloga e socióloga Magda Zanoni, ontem, em Paris.

Segundo o senador, Magda, uma das principais pesquisadoras da reforma agrária e da agricultura familiar, afirmava que esses eram os únicos caminhos para resolver o problema da alimentação no Brasil. Capiberibe acrescentou que ela era crítica da ideia dos transgênicos como solução à fome.

— Perdemos uma grande



Pesquisadora defendia agricultura orgânica, ressaltou Capiberibe

amiga e o Brasil, uma grande pesquisadora reconhecida internacionalmente — afirmou o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

MESA-REDONDA Assédio no trabalho

10h Palestra “O Reiki e você – sua vida com muito mais qualidade”, com a terapeuta holística Gláucia Valadares. Às 10h30, mesa-redonda sobre assédio no ambiente de trabalho.

CRA Emplacamento de tratores

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove debate sobre o emplacamento de tratores, no município de Não-Me-Toque (RS). O evento será transmitido pela TV Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sugestão do senador Jorge Viana, colegiado terá 90 dias para reunir informações capazes de embasar uma política de manejo da água no país

Comissão temporária do Senado vai propor soluções para crise hídrica

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária para fazer um diagnóstico da crise hídrica enfrentada pelo país e propor soluções para a situação. O requerimento do senador Jorge Viana (PT-AC) estabelece 90 dias de funcionamento para a comissão, que será composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, garantida a participação de pelo menos um membro de cada região do país e um de cada estado do Sudeste.

Na justificativa ao pedido, Viana disse que o Brasil vive hoje uma crise hídrica sem precedentes, que afeta particularmente o Sudeste. O senador informou que os registros apontam o atual momento como o pior período úmido registrado desde 1930, em 84 anos de monitoramento das chuvas na região.

— Enquanto a seca estava no Nordeste, fazia-se, de certa forma, ao longo de décadas, pouco caso com isso. Agora estamos vivendo uma crise de água no Sudeste e parece que todo mundo acordou — disse em entrevista à Agência Senado.

Viana ressaltou que as consequências da estiagem são as piores possíveis, não apenas para a população que vive no Sudeste — 42% dos brasileiros —, mas também para o país como um todo, por conta da



Para Viana, problema nos sistemas de abastecimento no Sudeste, como o Cantareira (SP), fez país acordar para a questão

forte dependência da geração de energia hidrelétrica.

O parlamentar, que é também vice-presidente do Senado, lembra que a escassez de chuva prejudica a economia, pois faltam água para a irrigação e energia para tocar a indústria, justamente na parte mais populosa e mais produtiva do Brasil.

Engenheiro florestal, Viana avaliou que as mudanças climáticas, o desmatamento e a falta de cuidado com as nascentes e os cursos de água são as principais causas do problema. No entanto, enfatizou que também têm faltado a construção e a manutenção de sistemas adequados de abastecimento e reserva de água.

Ele informou que nenhuma das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte inaugurou um novo manancial ou represa de grande porte nos últimos 22 anos. No mesmo período, a população desses centros cresceu mais de 16%, chegando hoje a quase 20 milhões de pessoas.

Na opinião de Viana, o país não tem uma política adequada de manejo da água e está pondo em risco o abastecimento para 50 milhões de pessoas no Sudeste, neste momento.

— O Brasil tem 12% da água doce do planeta e tem escassez de água. Isso é incompreensível. — afirmou.

O senador disse esperar que, ao fim dos trabalhos da comissão temporária, o Senado disponha de um conhecimento sistematizado sobre o assunto.

Dessa forma, Viana acredita que a Casa pode contribuir de maneira ainda mais embasada para a solução do problema e para a promoção de políticas públicas necessárias ao setor.

— O que se quer é que o Senado promova debates aqui e possa fazer diligências nos estados para ouvir a sociedade, ouvir os governos e ver o que devemos fazer, enquanto país, para manejar a água.

Leia revista sobre crise da água: <http://bit.ly/EmDiscussao23>

Avança criação de programa contra bullying

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, o chamado *bullying*. Pelo fato de ter sido aprovado substitutivo da Comissão de Direitos Humanos (CDH), haverá turno suplementar de votação. Depois, o projeto deve voltar à Câmara.

A proposta define o *bullying* como uma sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados reincidentemente por um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, produzindo na vítima prejuízos psicológicos, físicos ou morais.

O programa previsto no PLC 68/2013, do ex-deputado Vieira da Cunha, poderá fundamentar ações do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais

de Educação, bem como de outros órgãos que tenham relação com o tema. Um dos objetivos é prevenir e combater o *bullying* nas escolas. Para tanto, os profissionais de educação deverão ser capacitados para implementar ações de discussão, prevenção e solução do problema. Além disso, serão publicados relatórios anuais das ocorrências de violência nas escolas e nas redes de ensino.

Outro propósito é orientar as famílias e responsáveis

para que possam identificar e enfrentar as situações de *bullying*, bem como garantir assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores.

Em relatório favorável na Comissão de Educação e Cultura (CE), a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), atualmente licenciada, destacou a necessidade de proteger a intimidade e a integridade física e mental das pessoas. Ela elogiou o fato de o projeto não incluir cláusulas penais, preferindo

as de caráter educativo.

A CDH aprovou substitutivo, da ex-senadora Ana Rita, com ajustes nos conceitos usados.

“É imperativo o estímulo a uma cultura de não violência, na qual as crianças e adolescentes, em particular, são orientadas no sentido de aceitarem a pluralidade do mundo em que vivem”, diz Ana Rita na justificativa.

Meninas

O Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo e divulgada ano passado, mostrou que 13% das crianças e dos adolescentes sofrem *bullying* nas escolas. As meninas são o principal alvo. Ainda segundo o estudo, a exposição a abusos físicos e psicológicos ou a outros eventos agressivos na infância pode aumentar a predisposição à depressão e ao uso problemático de drogas na vida adulta.



Pesquisa diz que 13% das crianças e dos adolescentes sofrem bullying na escola

Viana cita visita de Dilma a vítimas de cheia no Acre

O senador Jorge Viana (PT-AC) registrou visita da presidente Dilma Rousseff ao Acre para verificar os estragos provocados pela cheia no estado. Em Rio Branco, a presidente, acompanhada de ministros e da presidente da Caixa Econômica Federal, entregou 397 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Até junho, mais 1,2 mil famílias serão beneficiadas.

Viana disse que a cheia do Rio Acre é o maior desastre ambiental do estado, resultado das mudanças climáticas provocadas pela ação do homem:

— É só observarmos: em lugares que tinham temperatura elevada em determinado período do ano, agora tem um calor mais extremo; onde tinha mais frio, agora há um frio mais extremo; onde tinha seca, uma seca mais longa ainda.



Segundo Viana, cheia do Rio Acre é pior desastre ambiental do estado

Ana Amélia alerta sobre cortes no Fies

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao Ministério da Educação solução para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A senadora explicou que o corte no Fies afeta inclusive o Programa Mais Médicos, para formação de profissionais de saúde.

Muitos estudantes de medicina não estão conseguindo fazer o contrato do Fies e, se não houver solução, não poderão continuar os estudos, observou.

— É preciso um olhar muito importante, porque 2 milhões de estudantes do Fies precisam continuar com a garantia do contrato. Se o problema é o Orçamento não aprovado, na terça-feira teremos a oportunidade de aprová-lo.

Ana Amélia também informou que até o dia 26 a comissão de senadores que acompanha as negociações entre governo e caminhoneiros vai decidir se apoia as propostas do Executivo ou se buscará alternativas para atender a categoria.

Representantes de trabalhadores e aposentados discutiram em comissão opções às MPs que reduziram direitos trabalhistas e sociais

Sindicatos defendem que preço da crise seja debitado de grandes fortunas

REPRESENTANTES DE SINDICATOS, dos trabalhadores e dos aposentados disseram ter ficado surpresos com a edição das medidas provisórias que alteram as regras do seguro-desemprego e de pensão por morte. Em audiência pública ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), todos os debatedores criticaram as medidas que, segundo eles, fazem a classe mais pobre pagar a conta da crise econômica.

No segundo debate sobre o tema, a CDH tratou das MPs 664 e 665, editadas em 30 de dezembro de 2014. A MP 664 estabeleceu, entre as novas regras, um prazo de carência de 24 meses de contribuição para a concessão da pensão por morte. Já a MP 665 mudou as regras do seguro-desemprego. Antes, o trabalhador tinha direito ao benefício após seis meses de trabalho. Agora, a primeira solicitação só pode ser feita após 18 meses.

Na opinião do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), a crise atual do país provém da crise internacional de 2008 e, agora, o desemprego avança no Brasil. O senador pensa que o bom senso levaria o governo a tributar grandes fortunas e não suprimir direitos dos trabalhadores e aposentados.

— A retirada de direitos, proposta pelas duas medidas provisórias, demonstra que há um erro de estratégia e uma falta de compreensão do im-

pacto humano que isso terá na vida do povo brasileiro.

Paim se contrapôs ao argumento do governo de que com as MPs haverá uma economia de R\$ 18 bilhões. Ele afirmou que, segundo o economista Amir Khair, a taxação das grandes riquezas levantaria R\$ 100 bilhões ao ano.

— Penso que estamos diante de dois pesos e duas medidas, visto que, nos últimos anos, foram adotadas medidas de redução de IPI e desonerações empresariais, o que representou uma renúncia fiscal de R\$ 200 bilhões, dinheiro que poderia ser investido em saúde, educação, habitação, segurança, estradas — assinalou

o presidente da CDH.

A posição de Paim recebeu o apoio de Regina Sousa (PT-PI), Hélio José (PSD-DF), Marta Suplicy (PT-SP) e Telmário Mota (PDT-RR). Para Marta, a situação econômica atual deveria ter sido trabalhada no fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, que, no segundo mandato, em vez de ser sincera com a população, fez um discurso como se ainda estivesse em campanha.

— Tem que ser um discurso sincero, tem que ser um discurso em que as pessoas possam se unir. E, para isso, tem que dizer que algumas coisas estão equivocadas. Agora, querer

que os trabalhadores paguem a conta, aí eu já chamo de perversidade, crueldade e vai além da conta — criticou a senadora.

Flauzino Antunes Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), citou mensagem de Roberto Requião (PMDB-PR) no Twitter para classificar de injustificáveis as medidas do Executivo: o Orçamento brasileiro é de R\$ 1,2 trilhão, por isso não faz sentido que a presidente Dilma Rousseff se desgaste com a classe trabalhadora e se contraponha à sociedade com medidas que retroagem socialmente por “apenas” R\$ 18 bilhões.



Durante a reunião, sindicalistas pediram que o Congresso Nacional rejeitasse as Medidas Provisórias 664 e 665

Entidade aponta volta da CPMF como solução

Para Luiz Sergio Lopes, da Central dos Sindicatos Brasileiros, a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) poderia ser adotada pelo governo.

— Os grandes grupos, as grandes empresas, a cada pagamento que elas efetuavam incidia a CPMF. E não eram R\$ 5, eram centenas de milhares de reais. É exatamente aí, e sob a pressão desses grupos, que a presidente assinou (as MPs). O governo deveria ter a coragem de colocar isso em pauta: quem tem que pagar é todo o povo brasileiro de forma proporcional. Ou seja, vamos restabelecer a CPMF — afirmou.

Em relação à MP 665/2014, que endurece as regras para concessão do seguro-desemprego e abono salarial, já foram apresentadas 233 emendas. Em relação ao abono, a MP aumenta a carência para concessão. Em vez de um mês, o trabalhador precisará ter pelo

menos seis meses ininterruptos de carteira assinada.

De acordo com a medida, os pescadores também enfrentarão limitações para o recebimento do seguro-defeso. Fica proibida a cumulação com outros benefícios assistenciais e previdenciários; o beneficiário terá que ter contribuído pelo período mínimo de um ano para a Previdência Social; e a concessão não será extensível às atividades de apoio à pesca e nem aos familiares do pescador que não satisfaçam os requisitos estabelecidos na proposição.

Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que está concluindo um estudo e uma proposta de um programa para que o pescador ribeirinho e os colonos tirem da pesca o sustento e uma renda permanente.

Os participantes sugeriram mais investimento em intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Joilson Cardoso, vice-presidente da

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), lembrou o Sistema Nacional de Emprego (Sine), pouco utilizado pelo governo.

— Hoje nós temos uma rede nacional, chamada Sine, que o governo federal banca 20%, enquanto os estados e municípios ficam com 80% do custeio. E essa rede atende apenas 5% da recolocação da mão de obra. Some-se a isso o nó que está posto na qualificação profissional, que não pode ser apenas focalizada no primeiro emprego — argumentou.

Regras para pensão

A MP 664/2014, que prevê regras mais duras para a concessão de pensão, recebeu 517 emendas. A medida determina que o direito só seja concedido ao cônjuge que comprove, no mínimo, dois anos de casamento ou união estável. A intenção é evitar fraudes e casamentos armados com pessoas que estão prestes a morrer.

Atualmente, não há exigência de período mínimo de relacionamento. Além disso, a pensão nem sempre será paga integralmente. Será de 50% do benefício mais 10% por dependente, observado o limite máximo de 100%.

O presidente da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Copab), Warley Martins Gonçalves, afirmou que muitos aposentados escolhem se casar com uma mulher mais jovem, e ele, contribuinte a vida inteira, tem o direito de deixar o benefício para ela, se quiser.

Gonçalves afirmou ainda que a fiscalização contra os sonegadores deve ser ampliada, com incremento do corpo de auditores fiscais da Receita Federal. Times de futebol, prefeituras, hospitais e outros entes do próprio governo são devedores crônicos, levando a déficits de mais de R\$ 40 bilhões na Previdência, segundo o presidente da Copab.

Paim apoia reajuste do salário mínimo por inflação e PIB

Paulo Paim (PT-RS) saudou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que dá



continuidade à política de reajuste do salário mínimo com base na variação da inflação e do PIB.

Paim, no entanto, disse que espera ver aprovada pela Câmara emenda a um outro projeto, a ser votado na semana que vem, que garante a mesma política de reajuste do salário mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas, a exemplo do que prevê proposta de sua autoria também em tramitação naquela Casa.

— Espero que a Câmara dos Deputados não me decepcione porque, se não votar, claro, eu vou ficar muito chateado — declarou o senador.

Paim também cumpriu a Câmara por ter votado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de sua autoria. Ele disse que a proposta, que tramitou no Congresso por 16 anos, poderá beneficiar 45 milhões de pessoas em todo o país.

Telmário lamenta veto a contribuição de domésticos

Telmário Mota (PDT-RR) lamentou que o Congresso tenha mantido o veto presidencial ao projeto



que reduzia a contribuição previdenciária de empregados domésticos (PLS 161/2009).

Para o senador, o Congresso perdeu a oportunidade de fazer justiça com os empregados domésticos:

— Eu, como filho de empregada doméstica, confesso que fiquei com o coração partido em ver aquele veto ser acatado e tirarem das mãos daqueles que tanto necessitam uma oportunidade, talvez ímpar, de terem o reconhecimento do seu trabalho de maneira formal.

O senador também chamou a atenção para as manifestações que deverão ocorrer em várias cidades do país neste final de semana.

Ele acredita que os protestos não são contra o governo ou contra o partido do governo, mas contra os políticos de um modo geral. Por isso, sugeriu que os parlamentares reflitam sobre isso.

Senadores farão interlocução com caminhoneiros

Em debate sobre impacto da greve na Comissão de Agricultura, decidiu-se que parlamentares integrarão grupo de trabalho coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão de Agricultura (CRA) que discutiu o impacto da greve dos caminhoneiros sobre o setor agropecuário, ficou decidido que caberá aos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) a interlocução oficial entre a pauta apresentada pelos caminhoneiros durante o encontro e as medidas tomadas pelo governo. Eles passam a integrar o grupo de trabalho coordenado pelo ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gilson Baitaca, representante dos caminhoneiros em Mato Grosso, apresentou a pauta de reivindicações do movimento. Entre os principais pontos, a redução da incidência do PIS e da Cofins no preço do óleo diesel; estudos sobre a adoção de tabela mínima para fretes; abertura de linhas de crédito especiais para caminhoneiros autônomos; perdão de multas; e a criação de um fórum permanente de mediação envolvendo governo e setor privado.

Em 26 de março, os caminhoneiros vão se reunir e analisar as medidas adotadas pelo governo. Baitaca deixou claro que o movimento pode voltar.

— Os caminhões parando, para o trem, para o navio, para outros tipos de transportes terceirizados locais, gera desabastecimento — lembrou.

A auditora fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo revelou que fiscalizações recentes mostram a deterioração das condições de trabalho da categoria. Jornadas exaustivas e o uso de drogas como crack e cocaína são comuns.

Anaximandro Almeida, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, disse que, pelos cálculos da entidade, o impacto do movimento pode ter chegado a R\$ 1 bilhão no setor, atingindo principalmente os pequenos produtores. Segundo Márcio Lopes, da Organização das Cooperativas

Brasileiras, entre os principais afetados estão pequenos produtores de frango da Região Sul e cooperativas de leite.

O secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Laudemir Müller, revelou que as negociações têm se dado em torno da regulamentação da Lei dos Caminhoneiros, reescalonamento das dívidas e criação de um fórum tripartite permanente, envolvendo a iniciativa privada. Ele disse ainda que a adoção de tabela de referência para fretes é uma negociação que se dá entre entes privados.



Presidente do colegiado, Ana Amélia conduz a audiência sobre efeito da greve no agronegócio

Pedidos do movimento ganham apoio no debate

Blairo Maggi afirmou que as negociações devem se aprofundar em relação ao preço do óleo diesel e a prorrogação dos contratos para compra de caminhões. O senador admite que, devido ao ajuste fiscal, tinha dúvidas em relação à redução de impostos sobre o preço dos combustíveis, mas sugere que neste momento o governo se abra para negociação.

Ele revelou que, na reunião de líderes com a presidente Dilma Rousseff, defendeu a prorrogação, pelo governo, dos contratos de financiamento do Fname, usado para adquirir caminhões.

Blairo disse não ver como aplicar um preço mínimo para fretes. Ele afirmou que existem enunciados do Supremo que impedem qualquer tipo de tabelamento no âmbito da iniciativa privada, e que uma política como esta também teria diversas dificuldades sob o ponto de vista operacional.

Waldemir Moka disse haver solidariedade aos caminhoneiros no Senado,

com a compreensão de que o movimento “é muito justo”. Ele afirmou, porém, que é preciso rapidez das autoridades para encontrar as soluções.

— Acaba causando problemas pras famílias, desabastecimento, interdição de rodovias. Ninguém quer isto. Que o ministro Miguel Rossetto chegue a um entendimento — pediu.

Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou que nos últimos dez anos o preço do óleo diesel aumentou 65%, e o da gasolina, 34%. Ele sugeriu que o grupo de trabalho busque, junto com a equipe econômica, uma forma de diminuir o impacto sobre o preço do diesel.

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a adoção de planejamento no setor a curto, médio e longo prazos. Ele lamentou que opções como os transportes marítimo e ferroviário estejam sucateadas, além da própria malha rodoviária necessitar de recuperação.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) manifestou apoio ao movimento dos cami-

honeiros, aguarda agora o andamento das negociações dentro do grupo de trabalho e conclamou o Congresso a adotar medidas como o trancamento da pauta caso o governo não cumpra os acordos. O senador manifestou também posição contrária à adoção de qualquer tabelamento, por entender que medidas como essa “sempre fracassaram no passado”.

Dário Berger (PMDB-SC) disse que um segundo movimento grevista, se houver, trará mais prejuízos ainda que o primeiro. Ele defendeu medidas práticas como a redução de impostos. José Medeiros (PPS-MT) disse temer as consequências de uma segunda greve neste setor, lembrando que o país é dependente do transporte rodoviário.

Donizeti Nogueira (PT-TO) observou que, além do governo federal, também os governos estaduais poderiam contribuir nos esforços para a superação da crise por meio da redução do ICMS.

Amorim defende cuidados com a saúde dos motoristas

Natural de Itabaiana, a Capital Nacional do Caminhão, Eduardo Amorim (PSC-SE), defendeu aprovação de projeto de autoria dele que condiciona a atuação do caminhoneiro autônomo à realização de exame médico anual.

Ele acredita que cuidar da saúde é uma questão de respeito com esses profissionais, que, apesar de transportarem 60% das cargas, sofrem com as estradas, violência, jornada de trabalho excessiva e dificuldade de financiamento dos veículos.

Amorim apoiou a categoria, que paralisou as atividades para exigir medidas como o aumento do frete, carência no prazo para o pagamento de parcelas do financiamento de caminhões e perdão de multas aplicadas no período de paralisação.

O senador destacou ainda que os caminhoneiros querem a redução do preço do diesel, que hoje representa até 60% do valor do frete.

Wellington registra expansão do Porto do Rio de Janeiro

Wellington Fagundes (PR-MT) comentou a inauguração da expansão do Porto do Rio de Janeiro, obra que amplia a capacidade do terminal marítimo em 63%.

Ele citou a importância do transporte marítimo para o desenvolvimento econômico do Brasil, mas ressaltou que ainda há muito a fazer para a modernização dos portos.

O senador destacou o porto fluminense como exemplo das parcerias público-privadas na logística e pediu atenção para os problemas de transporte em Mato Grosso que dificultam o escoamento.

— Dar a devida atenção aos portos é fundamental. Nos portos, estamos evoluindo para um estágio tecnológico com o uso de equipamentos potentes e velozes. Hoje o trabalho portuário é muito mais de inteligência, planejamento e preparo do que da força muscular — afirmou.

Ministros participarão de audiências públicas no Senado

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ouvirá três ministros do governo Dilma Rousseff. Os senadores da comissão decidiram ontem convidar para audiências públicas os ministros da Agricultura, Kátia Abreu; da Pesca, Helder Barbalho; e do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

Também foi aprovada a realização de uma audiência para tratar do novo Marco Legal da Biodiversidade, em

discussão pelo Senado. Esse encontro deverá contar com a presença de Kátia Abreu e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, além de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de comunidades indígenas. As datas não foram marcadas.

A CRA é presidida por Ana Amélia (PP-RS).



Kátia Abreu, da Agricultura, Helder Barbalho, da Pesca, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário, falarão a senadores

Requerimentos para avaliar cenário político, econômico e social do país vizinho dividem opiniões dos senadores, mas só poderão ser votados em reunião na próxima semana

Situação da Venezuela gera debate em comissão

REQUERIMENTOS DE EXPLICAÇÃO sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais na Venezuela e as garantias das instituições democráticas do país foram apresentados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Contudo, os convites ao embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Carlos Pereira, e da embaixadora da Venezuela no Brasil, Maria Lourdes Urbaneja Durant, não puderam ser votados por causa da ausência do senador Romero Jucá (PMDB-RR), autor de ambos requerimentos.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi contrária à formação de uma comissão de senadores para acompanhar a situação na Venezuela e avaliar o cumprimento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ela pediu a derrubada do requerimento



Vanessa Grazziotin (ao lado do senador Flexa Ribeiro) é contra envio de comissão de senadores à Venezuela

de Jucá para a formação do grupo, alegando que existe um pedido semelhante para ser votado pelo Plenário.

A democracia na Venezuela deve ser também um dos pontos da audiência de que

o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deverá participar na CRE, no dia 26. Ele poderá ser questionado sobre o posicionamento do governo brasileiro em relação ao governo de Nicolás Maduro.

Além disso, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) pedirá uma estimativa do custo de cada uma das embaixadas brasileiras ao Tesouro Nacional.

Na reunião da CRE da próxima quinta-feira, devem ser

votados requerimento para convidar o ministro da Defesa, Jaques Wagner, e o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, este para discutir as relações comerciais com os Estados Unidos.

País vizinho

- » Área: 912.050 km²
- » Capital: Caracas
- » População: 29,99 milhões
- » PIB per capita: US\$ 6.870
- » Exportações brasileiras: US\$ 4,85 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 1,18 bilhões

Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

Fonte: www.brasilexport.gov.br

Votação de novo embaixador na Bolívia não tem data

A mensagem presidencial contendo a indicação de novo embaixador brasileiro em La Paz, Raymundo Santos Rocha Magno, ainda não tem data para ser votada na Comissão de Relações Exteriores.

Ontem a comissão tomou conhecimento da indicação para a Bolívia e também para Angola e Paquistão. Mas problemas nas relações com o país sul-americano devem retardar a aprovação de Rocha Magno.

Senadores como Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da mensagem, condicionam a aprovação do embaixador na Bolívia à explicação das condições em que o senador

boliviano de oposição Róger Pinto Molina, abrigado por mais de um ano na embaixada brasileira em La Paz, fugiu do país clandestinamente com apoio de um diplomata brasileiro.

Desde o episódio, as relações bilaterais ficaram estremecidas. Ferraço afirmou que a interrupção do fornecimento de gás a Cuiabá foi prejudicial ao Brasil e lembrou que a Bolívia acirrou as críticas ao país, acusando-o de danificar o meio ambiente nas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

A falta de embaixador na Bolívia é uma situação que, para Jorge Viana (PT-AC), não pode perdurar por muito tempo.

— Temos de encontrar uma maneira para estabelecer um prazo para o pedido de asilo de Molina e apreciar a indicação de um novo embaixador.

Ex-presidente da CRE, Ferraço lembrou o relatório de setembro de 2013, quando o então senador Jarbas Vasconcelos pediu ao Itamaraty esclarecimentos sobre as circunstâncias que levaram Molina a fugir e pedir asilo ao Brasil. Parte dos pedidos de Jarbas, na opinião de Ferraço, continuam sem resposta satisfatória. Jarbas disse, à época, que não havia motivo para enviar novo embaixador ao país até que as pendências do episódio fossem esclarecidas.

“Enquanto não recebermos as informações solicitadas, enquanto não for resolvido o impasse entre Brasil e Bolívia e soluções humanitárias para Molina não forem encontradas, não existem condições para indicar um embaixador, submetendo o Brasil aos caprichos do presidente Evo Morales”, disse Jarbas à época.

A CRE deve pedir mais esclarecimentos ao Itamaraty.

Indicados para Paquistão e Angola passarão por sabatina com senadores

Para a embaixada no Paquistão e, cumulativamente, no Tadjiquistão, a presidente Dilma escolheu Claudio Raja Gabaglia Lins. O relator da mensagem, senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi favorável à indicação.

Requião fez uma rápida exposição sobre a cooperação entre Brasil e Paquistão. Falou da oferta de bolsas de doutorado para alunos paquistaneses em universidades brasileiras. Também lembrou que, em 2013, as exporta-

ções do Brasil ao Paquistão somaram US\$147 milhões, enquanto as importações chegaram a US\$85 milhões.

Para a representação em Angola foi indicado o embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta, atualmente, em missão na Finlândia. O relator da mensagem, senador Jorge Viana (PT-AC), fez elogios ao diplomata, assim como a senadora Ana Amélia (PP-RS). As sabinas dos dois indicados ainda serão marcadas pela CRE.

Ferraço quer criação de grupo para ampliar cooperação com o Peru

A CRE vai propor ao Senado a criação de um grupo Brasil-Peru, formado por parlamentares que desejam aumentar a cooperação com o país vizinho. O senador Ricardo Ferraço lembrou que já existe no Parlamento do Peru um grupo análogo desde 2002, a Liga Parlamentar de Amizade Peruano-Brasileira.

A cooperação entre os dois países tem obtido bons resultados, como a ponte sobre o Rio Acre, o lançamento da Rodovia Interoceânica e da Estrada Arapoo-Yurimaguas e a importância da integração energética, que inclui 15 hidrelétricas no Peru que poderiam exportar energia para o Brasil.



Presidente da CRE, Aloysio Nunes coordena debate ao lado do vice, Luiz Henrique

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvia Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Parlamentares que analisarão nova tabela do IR devem ser indicados hoje

Lideranças devem indicar senadores e deputados que farão a primeira avaliação da medida provisória que propõe correção por faixas

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS têm até hoje para indicar os nomes que integrarão a comissão mista responsável por analisar a Medida Provisória 670/2015, que trata do reajuste da tabela do Imposto de Renda. Caso não o façam, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, fará a designação, que deve recair sobre líderes e vice-líderes, conforme a resolução do Congresso.

Até 2012, as MPs vinham sendo votadas diretamente nos Plenários da Câmara e do Senado, sem passar pela análise prévia de comissão mista, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o exame por um colegiado formado por deputados e senadores deveria ser obrigatório. Já a indicação

dos nomes deve ser feita até 48 horas após a publicação da MP.

A medida provisória é fruto de acordo entre o Congresso e o governo para reajustar de forma escalonada a tabela, tema que causou divergências entre Executivo e Legislativo. Inicialmente, a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff queria correção de 4,5%. Os parlamentares acha-

ram pouco e propuseram 6,5%.

Na prática, quanto maior o reajuste da tabela, menor a arrecadação. Com a MP, quem ganha até R\$ 1.903,98 estará isento do imposto. Pela tabela antiga, os trabalhadores que ganhavam até R\$ 1.787,77 escapavam do leão.

A MP estabelece a correção escalonada na tabela: nas duas primeiras faixas salariais, o

Imposto de Renda será reajustado em 6,5%. Na terceira faixa, o reajuste será de 5,5%; na quarta, de 5%; e na última — que contempla os salários mais altos —, de 4,5%.

A correção vale a partir de abril do ano-calendário de 2015, ou seja, não terá efeito para as declarações que deverão ser entregues até o dia 30 de abril deste ano.

Reajuste escalonado

FAIXA	ALÍQUOTA DO IMPOSTO	VALORES ATUAIS PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL	REAJUSTE ACORDADO	NOVOS VALORES PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL
1	0%	até R\$ 1.787,77	+6,5%	até R\$ 1.903,98
2	7,5%	de R\$ 1.787,78 até R\$ 2.679,29	+6,5%	de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65
3	15%	de R\$ 2.679,30 até R\$ 3.572,43	+5,5%	de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05
4	22,5%	de R\$ 3.572,44 até R\$ 4.463,81	+5%	de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68
5	27,5%	acima de R\$ 4.463,81	+4,5%	acima de R\$ 4.664,68

Humberto defende financiamento público a campanha

Humberto Costa (PT-PE) acredita que a adoção do financiamento público de campanha, além de



Genivaldo Miegalo/Agência Senado

baratear o processo eleitoral, impede que empresas financiem candidatos com o objetivo de obter vantagem. Além disso, ele afirmou que a política, no modelo atual, está virando atividade de risco, pois um candidato pode ser injustamente criminalizado, mesmo que receba uma doação legal de empresas privadas.

Por isso, o senador pediu que o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, coloque em julgamento o processo sobre a constitucionalidade de doação de empresas.

Reguffe: sistema deve ser atacado com reforma política

Reguffe (PDT-DF) classificou as manifestações contra o governo como “legítimas” e “positivas”. Para o senador, o exercício do direito ao protesto é melhor do que uma população “anestesiada”.

Ele apoiou as investigações de corrupção por comissões de inquérito, mas disse que a responsabilidade do Legislativo vai além. O senador propôs “atacar o sistema” com reforma política profunda que mude a forma de eleição, reduzindo a influência do poder econômico e da notoriedade pessoal dos candidatos.

— Para quem quer entrar debatendo ideias, propostas, o espaço é muito pequeno.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício diz que mudanças são prioridade absoluta

Ao comentar que domingo marcará os 30 anos da posse de José Sarney, primeiro presidente civil depois do regime militar, Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que a “jovem democracia brasileira” padece de “mazelas político-eleitorais” que precisam ser superadas.

Para ele, o país pode alcançar esse objetivo se o Congresso aprovar uma reforma política que ajude a população a se sentir representada e a ter confiança na política.

— O PMDB não pode nem deve eximir-se da responsabilidade de fixar a reforma política como prioridade quase que absoluta — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lobão se defende de acusações feitas em delação premiada

Edison Lobão (PMDB-MA) ocupou a tribuna ontem para se defender da acusação de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. O nome do senador foi citado por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, beneficiado com a delação premiada. Segundo Lobão, as acusações a ele, como a outros integrantes da lista de investigados, são injustas.

— É preocupante o poder que se confere, nas investigações, ao instituto da delação premiada. Muitos, como eu, estão sendo injustamente acusados de atos que não praticaram e deverão submeter-se a um desgastante e injusto processo apenas porque o delator, para escapar dos crimes dele, mencionou seus nomes.

Senado debate PEC que dificulta criação de partido

Os senadores fizeram ontem a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 58/2013, que estabelece novos critérios para a criação de partidos políticos. O texto eleva de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido para o registro dos novos partidos.

Após a quinta sessão de discussão, a PEC poderá ser votada pelo Plenário em primeiro turno. Depois, passará por mais três sessões de discussão para ir a votação em segundo turno. A proposta integra as matérias da reforma política.

A PEC foi apresentada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Capiberibe: citados na Lava-Jato deveriam renunciar

João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu que os políticos citados na Lava-Jato peçam licença dos cargos até o esclarecimento das denúncias de corrupção na Petrobras pelo Ministério Público.

O senador disse que a operação da Polícia Federal, que investiga corrupção na Petrobras, tem sido didática ao identificar os responsáveis pelo desvio de recursos públicos. Segundo ele, o Estado encontra-se hoje dominado pelo fisiologismo e pela corrupção.

Capiberibe afirmou que os financiadores empresariais de campanha superfaturam obras para saciar a sede dos candidatos, em troca de reciprocidade. Ele defendeu a continuidade das investigações.

ARQUIVO S

Nossa história é nosso maior patrimônio

www.senado.leg.br/jornal

"Arquivo S" é o novo caderno especial do Jornal do Senado. Publicado na primeira segunda-feira do mês, o caderno traz matérias especiais de momentos históricos do Brasil, contadas por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo do Senado. Um patrimônio nacional de grandes acontecimentos que marcaram a sociedade, provocaram mudanças no país e alteraram o curso da história do Brasil.

Nomes de dois ex-ministros de Dilma foram definidos ontem para presidir Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Sociais. Partido ainda deverá indicar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça

PMDB escolhe Garibaldi e Lobão para comissões

O PMDB DEFINIU os nomes que indicará para presidir duas das três comissões permanentes do Senado que ficarão sob o seu comando. Edison Lobão (MA) será o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Garibaldi Alves Filho (RN) é o indicado para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Os nomes, fechados pelo líder do partido, Eunício Oliveira (CE), em reuniões realizadas nos últimos dias, foram confirmados na quarta-feira. Agora, apenas uma das comissões do Senado permanece sem presidente indicado: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cuja presidência também caberá ao PMDB.

A sessão inaugural da CI está prevista para quarta-feira, às 8h. Na ocasião, será feita a eleição para confirmar o nome de Garibaldi como presidente e também para eleger o vice-presidente. A CAS ainda não tem sessão inaugural prevista. Ela depende de um ajuste em



Edison Lobão e Garibaldi Alves Filho retornaram ao Senado neste ano



sua composição, uma vez que Edison Lobão não está entre os membros. O PMDB pode fazer substituições de seus representantes a qualquer tempo.

Em relação à CCJ, Eunício afirmou que está dando os últimos passos nas negociações que determinarão o nome do presidente do colegiado. O líder do PMDB assegurou que todas as comissões serão instaladas na próxima semana.

Há uma coincidência entre os dois senadores apontados para a CAS e para a CI: ambos estão retornando ao Senado em 2015 após passagens pela

Esplanada dos Ministérios. Lobão foi ministro de Minas e Energia entre 2008 e 2010 e de 2011 ao início deste ano. Já Garibaldi chefiou o Ministério da Previdência Social ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Os dois também já ocuparam a Presidência do Senado. O primeiro assumiu o cargo interinamente em 2001, com a saída de Jader Barbalho (PMDB-PA). O segundo foi eleito presidente da Casa em 2007, sucedendo a Renan Calheiros, e cumpriu mandato até 2009.

Agressões contra as mulheres têm de diminuir, pede Simone

Nesta semana, foi instalada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, como um dos eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher. No Plenário, Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que a criação da comissão é fruto do trabalho da CPMI que apurou, em um ano e meio, as causas da violência contra a mulher no país e mapeou os instrumentos do Estado para combater essa prática.

Eleita para presidir a comissão, a senadora lembrou que o Brasil é um dos 8 países que mais agridem as mulheres, entre outros 85; a cada década, 40 mil mulheres são assassinadas no país; e a cada 12 segundos, uma é estuprada.

Simone apontou outros números sobre o papel da mulher no mercado de trabalho e as consequências da violência contra elas para a economia:

— Há estatísticas de 2010 comprovando que, só pela perda de produtividade da mulher que falta ao trabalho, a que pede licença, a que entra com seguro-desemprego e que pede demissão, o Brasil perde todo ano 1,2% do seu PIB.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Regina homenageia brasileiras e condena a violência doméstica

Regina Sousa (PT-PI) homenageou quatro mulheres, que considera “verdadeiras heroínas”, para lembrar o Dia Internacional da Mulher, comemorado domingo.

São elas Dandara dos Palmares, mulher de Zumbi e guerreira do quilombo; Esperança Garcia, escrava que lutou por sua gente; Genu Moraes, jornalista; e Francisca Trindade, deputada mais votada pelo Piauí em 2002, que, porém, só exerceu o mandato por um semestre, já que morreu logo.

Para a senadora, todas foram exemplos na luta pelos direitos da mulher. Depois de afirmar que atualmente há avanços que não podem ser desprezados, Regina lembrou, porém, que a violência contra a mulher ainda é uma chaga da sociedade.

Segundo ela, são muitas as formas de violência: ameaça, assédio moral e sexual, estupro, difamação e lesão corporal. A senadora disse que, embora a Lei Maria da Penha tenha tipificado essa violência, pesquisas indicam que a legislação diminuiu em apenas 10% a taxa de homicídios contra as mulheres dentro de casa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros defende auxílio mensal para vítimas de agressão

José Medeiros (PPS-MT) pediu agilidade à Câmara na análise do projeto que prevê o pagamento, por um ano, de auxílio mensal às mulheres vítimas de violência doméstica que não tiverem como se sustentar. Pela proposta, as mulheres ainda serão encaminhadas à capacitação profissional para aprenderem um ofício e ingressarem no mercado de trabalho.

Para Medeiros, a medida pode impedir algo muito comum entre mulheres vítimas de violência doméstica:

— Quantas delas até têm a atitude de sair de casa, mas, pela dependência financeira, por não terem como se sustentar, voltaram e foram mortas. Casos como esses pululam em todo o país — lamentou.

Dados coletados pela CPI mista que apurou as causas da violência contra a mulher mostram uma realidade que precisa ser combatida, acrescentou o senador.

Entre 2000 e 2010, 44 mil mulheres foram assassinadas no país, sendo que 41% delas foram mortas pelos maridos, companheiros, ex-maridos e ex-companheiros.



Moreira Matiz/Agência Senado

Governo deve garantir ao povo o direito de se manifestar, diz Caiado

Ronaldo Caiado (DEM-GO) discursou ontem para exigir que o governo federal garanta o direito da população brasileira de participar das manifestações contra a presidente Dilma Rousseff no domingo.

— Exijo que o ministro da Justiça garanta à população brasileira o direito de se manifestar, de maneira ordeira e pacífica, para mostrar sua indignação contra o governo.

O senador também refutou a tese de que a presidente da República não pode ser investigada. Ele disse que o artigo 86 da Constituição federal afirma que o chefe da nação, durante a vigência do mandato, “não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”. Para Caiado, não poder ser responsabilizada não significa que a presidente não pode ser investigada.

Ele lembrou que a tese foi usada pela Procuradoria-Geral da República e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Segundo o senador, Dilma foi citada 11 vezes nos depoimentos de delação premiada da Operação Lava-Jato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cássio espera “paz e civilidade” nos atos de 15 de março

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse esperar que os atos de protesto contra o governo federal, marcados para o domingo, 15 de março, sejam realizados em clima de paz e civilidade.

O senador expressou preocupação com o que classificou de “tom ameaçador” do ex-presidente Lula, que chamou à ação os militantes do movimento dos sem-terra. O senador disse que, durante a investigação do mensalão, Lula teve a ajuda do MST para se reerguer politicamente.

Para Cássio, a situação da presidente Dilma Rousseff é mais desfavorável. Segundo ele, Dilma não dialoga com a sociedade e o Parlamento.

— É preciso ouvir muito claramente o que está acontecendo no país, e não será com soberba, não será com incapacidade de convivência com o contraditório, mas só pela via da humildade, da discussão e da negociação que poderemos evitar um aprofundamento da crise — afirmou.

O parlamentar avisou que participará da manifestação programada para São Paulo no domingo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Orçamento 2015 deve ser votado na terça, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou ontem a deliberação, pelo Congresso, sobre vetos presidenciais que trancavam a pauta de votações. Com isso, senadores e deputados poderão votar o Orçamento de 2015 na próxima sessão conjunta, marcada para terça-feira.

— Ontem nós limpamos a pauta de vetos. Não há nenhum veto trancando a pauta e o Congresso, através das duas Casas, deliberou conforme a vontade da maioria. Qualquer matéria que tramite no Congresso Nacional, se for vetada, a última palavra é do Congresso. Essa foi uma conquista que precisamos preservar e fizemos isso ontem — frisou.

Na sessão conjunta da Câmara e do Senado de quarta-feira, que durou mais de 12 horas, foram mantidos todos os vetos que constavam da agenda. Cinco projetos de lei vetados integralmente e quatro parcialmente, totalizando 316 dispositivos, foram analisados pelos parlamentares.

Ao final da sessão, Renan disse ser necessário um acordo para a votação do Orçamento da União para 2015 (PLN 13/2014). A proposta está pendente de votação desde o fim de 2014, após ter passado pela Comissão Mista de Orçamento.

— Nós esperamos que tenhamos consenso na próxima terça-feira, como cobra a sociedade — disse.



Janete de Araújo/Agência Senado

Com votação de vetos, Congresso liberou pauta de votações, frisou Renan